

Governo combate as invasões com 70 PMs

MALU PIRES

Os 70 homens que comporão a Companhia do Sistema Integrado de Vigilância do Solo (SIV-SOLO) da Polícia Militar foram escolhidos ontem pelo Secretário de Segurança, João Manoel Brochado. O comando da unidade ficará a cargo do major Ruy Sampaio Silva, hoje na direção do Batalhão Florestal e a quem caberá organizar, elaborar e executar as operações de fiscalização de invasões de área pública do Distrito Federal. "O que falta, agora, é unificar os dados obtidos pelos oito órgãos do Governo que atuavam nesta área. Só a partir deste levantamento é que a companhia irá para as ruas", disse Brochado.

"Até o momento, a secretaria apenas atuou como apoio nas ope-

rações de fiscalização de invasões desenvolvidas pelo governo. Não temos conhecimento sobre o que acontece no setor. Com a unificação das informações colhidas, assumiremos o controle da situação. E, a partir daí, faremos um programa de atuação", disse o secretário, acentuando que por esta razão não pode dizer se, por exemplo, as invasões de áreas públicas por particulares serão taxadas ou não.

Leis federais — "Esta é uma idéia antiga, mas acredito que esteja em desacordo com o que me foi exposto pelo Governo. A minha função como coordenador do SIV-SOLO é a de prevenir, controlar e erradicar as invasões", argumentou, informando que a atuação da secretaria neste campo exi-

girá a aprovação de leis federais. "Em Brasília, a legislação do solo é federal e para executar o serviço proposto será preciso estabelecer uma legislação. Assim que as provisões de ordem estrutural forem acertadas, passaremos a estudar quais projetos de lei serão necessários elaborar", ressaltou Brochado.

Segurança — Enquanto a secretaria se prepara para colocar o SIV-SOLO pronto para atuar, os proprietários de residências nas Quadras 700 das Asas Sul e Norte estão na expectativa. Nestas áreas, quase todas as casas, — principalmente de esquina — invadiram áreas públicas com a colocação de grades e construção de garagens ou jardins. "Não invadimos só para ter uma área maior. É uma questão de segurança a colocação

das grades, uma tentativa de impedir a aproximação de ladrões", enfatizou o funcionário público aposentado Lourenço Silva, morador da Quadra 703 Norte.

Este argumento é repetido pelos demais moradores, como, por exemplo, pela dona de casa Graça Maria Oliveira da Quadra 706 Norte e pelo advogado Eurípedes Ribeiro da Quadra 709 Sul. Todos reconhecem, no entanto, que sua atitude é ilegal e defendem a cobrança de uma taxa como alternativa para o problema. "Aqui no centro da cidade vem gente de todo lado, de manhã, à tarde ou à noite. Prefiro pagar pelo uso da área do que ter de derrubar o que já fiz" disse a dona de casa Henriqueta Nogueira, da Quadra 703 Sul, que teve sua residência duas vezes assaltada antes de colocar as grades.